ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE TRANCOSO

ATA n.º 14

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO DE 30 DE ABRIL DE 2024

--- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: ----------

--- **Período de antes da Ordem do Dia.** ----------

--- **Ordem do Dia:** ----------

--- **Ponto número um** - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; ----------

--- **Ponto número dois** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à 2ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano; ----------

--- **Ponto número três** - Análise, discussão e votação de proposta relativa a uma alteração ao Mapa de Pessoal do Município, para 2024; ----------

--- **Ponto número quatro** - Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação; ----------

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta relativa aos documentos de prestação de contas do Município, referentes ao ano 2023; ----------

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta de dissolução e imediata entrada em liquidação da empresa municipal PACETEG, E.M., e designação do respetivo liquidatário; ----------

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação de proposta de internalização da atividade da PACETEG, E.M., no Município de Trancoso e do correspondente Plano de Internalização; ----------

--- **Ponto número oito** - Análise, discussão e votação de proposta de autorização para assunção do empréstimo, denominado "Contrato de Assunção de Dívida e Alteração ao Contrato de Abertura de um Crédito com Hipoteca e Penhor, celebrado em 09 de novembro de 2009", que titula a reestruturação da dívida contraída pela PACETEG, E.M., junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a sua assunção pelo Município de Trancoso; ----------

--- **Ponto número nove** - Análise, discussão e votação de proposta de autorização para contração do empréstimo, no âmbito da aquisição transitória de participações sociais da PACETEG, S.A., denominado "Contrato de Abertura a Crédito", que titula o financiamento de 800.000,00€, a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., para liquidação de dívida fiscal da PACETEG E.M.; ----------

--- **Ponto número dez** - Análise, discussão e votação de proposta de reversão para o Município de Trancoso de todo o património da PACETEG, E.M. e demais direitos, prerrogativas e ativos, assim como das obrigações, ónus e passivos que não tenham sido acautelados em sede de liquidação;----------

--- **Ponto número onze** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à contração do empréstimo bancário de longo prazo para o financiamento de Investimentos na Rede Viária Municipal, no montante de

912.583,00€; ----------

--- **Ponto número doze** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à assunção de compromissos plurianuais relacionados com a contratação de transportes escolares, para o ano letivo 2024/2025, bem como transportes públicos e transporte flexível para o período compreendido entre 01/09/2024 e 31/08/2025;

--- **Ponto número treze** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à assunção de compromissos plurianuais relacionados com o fornecimento de gás, nas diversas instalações do Município, pelo prazo de dois anos; ----------

--- **Ponto número catorze** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à assunção de compromissos plurianuais relacionados com o fornecimento de energia elétrica, nas diversas instalações do Município, pelo prazo de três anos; ----------

--- **Ponto número quinze** - Análise, discussão e votação de proposta relativa ao Regulamento de Serviço de Abastecimento de Água do concelho de Trancoso; ----------

--- **Ponto número dezasseis** - Análise, discussão e votação de proposta relativa ao Regulamento de Serviço de Águas Residuais do concelho de Trancoso; ----------

--- **Ponto número dezassete** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro, a cada uma das Freguesias e Uniões de Freguesia do concelho.----------

--- **Período de intervenção do público**. ----------

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se as faltas dos membros da assembleia, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por José Jorge dos Santos Carvalho, Patrícia Isabel Fernandes Ramos, substituída por António Augusto Gregório, José Augusto Soares Clemente, substituído por Joaquim Jerónimo do Nascimento, e Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura, substituída por Adérito Pires Correia, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, substituída por Hugo David da Silva Neves, Ana Francisca Torres Sarmento, substituída por Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais e João José Baptista de Sousa, substituído por Artur César Ferreira Bezelga Lobão, que foi considerado faltoso, segundo o art.º 41º, alínea 2 "Será considerado faltoso o Membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o inicio dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo", membros da Coligação, Sim é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas aos senhores Presidentes**,** União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, André Miguel Pinheiro Lourenço Pinto, substituído por Amélio Salvado e Junta de Freguesia de Fiães, Manuel Francisco Costa Lopes Andrade. ----------

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. ----------

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir o

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Palhais, João Alfredo Nascimento Santos. De seguida, deu conhecimento à Assembleia da resposta da ULS "RESPOSTA: MOÇÃO "Pelo Acesso a serviços de saúde dignos na Unidade Local de Saúde da Guarda e de Trancoso". ----------

"O Conselho de Administração da ULS rececionou e analisou a moção remetida pela Assembleia Municipal de Trancoso, registou a preocupação e as críticas tecidas por parte do Grupo Municipal da Coligação "Sim, É possível!" e considera algumas das preocupações exageradas e até infundamentadas. Efetivamente, a ULS da Guarda não escapou à crise na saúde que assolou todo o SNS no final do ano passado. Tal como em praticamente todas as Unidades de Saúde, também a ULSG sofreu os efeitos da contestação dos profissionais de saúde. Na ULS da Guarda, os efeitos foram sentidos de forma mais expressiva atendendo à carência de médicos em algumas especialidades e à dependência da instituição de médicos prestadores de serviço. É certo que no final do ano verificaram-se diversos constrangimentos com falhas nas escalas de médicos. Uma situação que assolou as unidades de saúde de todo o país, mas que se encontra atualmente solucionada. Foi este o resultado de múltiplas reuniões e muito diálogo por parte da tutela e das diferentes Ordens profissionais. O objetivo do Conselho de Administração da ULSG é solucionar as carências, reforçar os efetivos e atrair novos profissionais, contando para isso com o apoio de todas as autarquias que servimos. É necessário que toda a região seja atraente para conseguirmos fixar pessoas. Só com o esforço de todos… será possível aliciar e fixar gente nestes territórios cada vez mais despovoados e envelhecidos. Da nossa parte, podem continuar a contar com uma forte aposta na formação de todos os profissionais de que dispomos, a fim de tornar as carreiras profissionais mais aliciantes e deste modo atrair novos profissionais para a ULS da Guarda. Relembramos mais uma vez que o SNS é um sistema de saúde que funciona em rede desde que foi criado, e a deslocação de doentes entre instituições de saúde de maior proximidade é uma constante. Não acontece apenas com a Guarda e com esta região. Aplica-se em todo o país. As Unidades de saúde de proximidade complementam-se, funcionam em rede!... É este funcionamento em rede na prestação de cuidados de saúde que torna o nosso SNS num dos mais emblemáticos sistemas da saúde mundial. Feita esta breve contextualização, importa realçar que a ULS da Guarda não encerrou nenhuma valência nem pretende reduzir os serviços prestados à população de Trancoso. A falta de médicos que se queiram fixar nestes territórios é uma realidade incontornável. Este Conselho de Administração tem feito todas as diligências para minimizar a carências de profissionais, recorrendo muitas vezes a médicos prestadores de serviço. Relativamente ao reforço do número de efetivos na ULSG tem sido uma das prioridades deste Conselho de Administração. Desde que iniciámos funções temos vindo a contratar funcionários em diferentes áreas profissionais, contando nesta altura com um número de profissionais de efetivos de 2.269. Reforçar esse número continua a ser uma enorme prioridade para este Conselho de Administração. Concordamos que a ULS é de todos…e que todos podem e devem ajudar para a tornar mais forte. Quando nos questionam sobre as necessidades da ULSG… devemos dizer que… Uma Unidade de Saúde desta dimensão tem sempre necessidades, de mais efetivos, de maior financiamento, de equipamentos novos, de rapidez na execução das obras em curso. A ULS da Guarda é uma instituição

dinâmica onde todos os dias há projetos novos para abraçarmos e para lhes dar forma. É esse o propósito deste Conselho de Administração. Estamos certos de que este será um ano profícuo para a ULS da Guarda. Temos assegurados investimentos superiores a 22 milhões de euros. Temos em curso obras por toda a área de abrangência da ULSG…. Vamos concluir… - A Reabilitação do Pavilhão 5, que acolherá o Departamento da Saúde da Criança e da Mulher; - Remodelação de diversos Centros de Saúde, nomeadamente o de Seia…que era uma obra emergente e desejada há mais de duas décadas; ----------
Iniciaremos… - A Reabilitação do edifício do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental; - A Reabilitação do Pavilhão 2 que acolherá a USF "A Ribeirinha"; ----------
Queremos… - A Reabilitação do Pavilhão Um; - A Remodelação do Edifício Sede; - A Remodelação do Edifício 3 que acolherá o Centro de Investigação Nacional para o Envelhecimento; ----------
Temos para já previsto um investimento superior a 22 milhões de euros, que dignifica a ULS da Guarda e é reveladora de que a Guarda não foi, em momento algum, desvalorizada ou esquecida. Iniciámos 2024 com a entrada de quase meia centena de alunos que escolheram a nossa instituição para dar continuidade ao seu percurso académico…. Quarenta e dois médicos que vão fazer por cá a formação geral e a especifica… compete-nos a todos…fazer os possíveis para os fixar por cá. A nós, enquanto gestores desta Unidade Local de Saúde, mas também a todos os autarcas e restantes forças vivas do concelho. Importa que todos desenvolvam mecanismos para atraírem e fixarem população e sobretudo jovens profissionais. Só com o esforço de todos… será possível aliciar e fixar gente nestes territórios!" ----------
--- O Presidente da Assembleia informou que iria colocar a ata à votação. ----------
--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, informando que na página 11, 3ª parágrafo a ata continha um erro, onde se lê "comendatário" deverá ler-se "comodatário". ----------
--- Posta à votação, foi a ata aprovada por maioria, com quatro abstenções. O Presidente da Assembleia informou que se iria entrar no Período de antes da Ordem do Dia. ----------
--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando ir fazer uma intervenção na ambiência do estado criado em todo o país aos recentes comportamentos inadequados do Senhor Presidente da Republica, que estão a dividir os Portugueses: "Enquanto no Município de Trancoso decorriam com civismo e respeito as comemorações do 25 de Abril, com discursos celebrando a Liberdade, a Solidariedade e uma Democracia participativa, na Assembleia da República reinava a discórdia relativamente à intervenção do PR. Não pode, nem deve o Supremo Magistrado da Nação e Chefe das Forças Armadas a originar fraturas, cisões e divisões na Sociedade Portuguesa. Não deve dividir os Portugueses, mas antes, pelo contrário, promover a sua união. Tem de convencer-se que o nosso Regime Político não é presidencialista. O poder executivo está nas mãos do Governo de Portugal. Acusou o Ex-Primeiro Ministro, Dr. António Costa, de ser lento, por ter origem Indiana, o que não é minimamente aceitável ou razoável, mas deplorável e lamentável. Também não corresponde à realidade, uma vez que o grande Estado Indiano possui cérebros de primeira linha: na Saúde, Matemática, Informática e Engenharia e em outras Áreas. Os americanos vão à Índia fazer operações de alto risco sobretudo no campo da Oftalmologia. Não pelo preço reduzido, mas pela qualidade

dos seus profissionais. O atual primeiro-ministro foi também apelidado de rural. O PR veio, de seguida, com explicações estapafúrdias, em ambos os delírios, sem qualquer nexo, sem lógica e indevidamente explicadas. Aqui, no nosso Concelho do interior, sentimo-nos orgulhosos e felizes por viver na ruralidade e pelos valores educacionais de ruralidade que nossos Avós e Pais nos incutiram: trabalho, dignidade, carácter, responsabilidade, honestidade, respeito pelo próximo e cumprimento do dever. Quanto aos PALOP, acusou Portugal pelos crimes cometidos e pela escravatura, durante o colonialismo. Afirmou que "há ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos, há bens que foram saqueados e não foram devolvidos, vamos ver como podemos reparar isso ". Sr. Presidente, com o devido respeito lhe avivo a sua memória, recordando que os "Acordos de Alvor" não foram cumpridos. Esses Acordos previam que os Portugueses não regressassem à Metrópole e ficassem nos Países recém-independentes, como cooperantes, contribuindo assim para o desenvolvimento e riqueza dessas jovens Nações. Todos os seus bens lhes foram expropriados, confiscados e roubados, sendo expulsos para o País dos seus AVÓS que a maioria desconhecia. Foi a maior operação logística de aviação criada para repatriação dos retornados. Os seus bens foram todos saqueados, designadamente as suas casas, seus terrenos rústicos, armazéns, carros, empresas e tudo o resto. A grande maioria apenas regressou com uma mala de mão. Recordo-lhe que desenvolvemos todas as ex-colónias com boas vias de comunicação quer viárias, quer rodoviárias, Liceus, Aeroportos, Barragens, Pontes, Hospitais, Habitação. Tudo isto foi deixado aos Países a quem concedemos a independência. Acha que Portugal deverá ser indemnizado? Recordo as atrocidades cometidas pelo MPLA, FNLA, UPA e outros movimentos independentistas, em Angola, no ano de 1961. Fazendeiros torturados, mortos à catanada, mulheres e jovens raparigas violadas e mortas, deixadas com um pau introduzido na vagina. Não acha, Sr. P.R. que a nação portuguesa deveria ser indemnizada pelas ex-colónias que tanto nos usurparam e tantos malefícios nos causaram? A descolonização foi caótica. Não existiu. Não recebemos retornados, mas sim refugiados. Quanto ao outro PALOP, ou seja, o Brasil, à semelhança das outras ex-colónias africanas, também tinha de nos indemnizar e muito. Apenas 20%. do ouro vinha para Portugal. Os restantes 80% ficavam no Brasil. Contribuiu para o grande desenvolvimento que os portugueses aí promoveram na construção de Hospitais, Igrejas, Museus, Universidades, designadamente três Faculdades de Medicina, Bibliotecas, Estradas e um sem número de várias outras infraestruturas. Recordo-lhe que defendemos as terras brasileiras dos ataques dos Holandeses, dos Franceses e de outros povos europeus. O passado foi História que muito nos honra e que de modo algum não nos envergonha. A nossa História não se compra, nem se vende. Se assim continuar Sr. PR, teremos, inevitavelmente, que criar um Movimento em Portugal contra a irresponsabilidade, a antidemocracia e a traição à Pátria. Pedimos-lhe, encarecidamente, que se cale quanto aos seus palpites irresponsáveis e durma mais de quatro horas por noite, para poder ter equilíbrio mental. Esse dinheiro que nos quer desviar, será muito melhor aplicado na redução da Dívida Pública e no enriquecimento de Portugal, que se tornará mais próspero e mais rico. Sr. Presidente, não ofenda mais os Portugueses. Já basta! O saldo das indemnizações está e de que maneira a favor da nossa Pátria que todos amamos, dignificamos e

defendemos." ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, apresentando a moção "Eliminação das portagens nas ex-SCUT", em nome da Bancada do Partido Socialista: "O conceito de portagem ex-SCUT ou portagem sem custos para o utilizador foi introduzido em Portugal, em 1997, durante o Governo de António Guterres, sendo o modelo de financiamento de autoestradas e vias rápidas baseado no modelo britânico das Shadow Toll. Em 2011 foi alterado o modelo e foi estabelecida a cobrança de taxas de portagem nas autoestradas do Algarve, Beira Interior, Beira Litoral/Beira Alta e Interior Norte, como forma de financiamento das infraestruturas e resposta a problemas orçamentais. A existência de portagens nas ex-SCUT foi ao longo dos tempos contestada pelos Cidadãos e pelas empresas, reivindicando a sua abolição atendendo ao impacto do custo na mobilidade e na competitividade das regiões abrangidas. A redução progressiva das taxas de portagem foi sempre um compromisso do Partido Socialista, na perspetiva da coesão territorial, reduzindo encargos de quem não tem alternativa e propiciando o acesso a bens e serviços essenciais, designadamente nas ex-SCUT de regiões como a nossa. Em função da evolução das concessões, o anterior governo do Partido Socialista foi efetuando descontos às taxas de portagem, tendo sido possível em 1 de janeiro de 2024 diminuir o valor em 65% face aos valores que existiam em 2011. Neste momento, estão reunidas as condições orçamentais e contratuais relativamente às concessões para ser aprovada a eliminação total das taxas das portagens nestas autoestradas, razão pela qual o Partido Socialista apresentou na Assembleia um projeto de lei para a abolição das portagens nas ex-SCUT. A eliminação destas taxas de portagem é uma medida justa, possível neste momento, e garante uma discriminação positiva justificada para promover equidade e coesão territorial. Todos sabemos que não existem aqui vias que possam constituir alternativa de qualidade e que não há transportes coletivos públicos ou privados que possam constituir uma boa alternativa ao transporte individual. As famílias e as empresas têm direito a aceder a bens e serviços essenciais e as autoestradas são condição para este acesso em condições de segurança e de rapidez. As portagens são, por isto, um custo de contexto que neste momento é possível eliminar. Sendo uma medida estratégica para Trancoso, para os cidadãos, para as empresas e decisiva para o desenvolvimento de toda a região, recomendamos à Câmara Municipal da Trancoso desenvolva todas as diligências possíveis, quer individualmente quer no âmbito da CIM Beiras e Serra da Estrela, para que seja aprovada a proposta do Partido Socialista que deu entrada na Assembleia da República. Apelamos também a todos os Partidos representados nesta Assembleia Municipal para que se unam na luta pela aprovação deste projeto de lei de eliminação das taxas das portagens nas ex-SCUT, a bem de Trancoso e de toda a região". ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que Trancoso não pode estar mais indiferente à Moção apresentada, concretamente sendo necessário que as ex-SCUT's sejam retiradas essencialmente das zonas interiores do país e de todo o país, agora face à Moção apresentada é necessário recordar o passado, pois o PS votou contra o projeto do PSD, do CHEGA e do PCP pelo fim das portagens, não podendo ficar indiferentes que após volvidos oito anos de governação Socialista, só hoje e apenas hoje,

um mês depois de governação do Partido Social Democrata venha alguém defender neste momento e sem saber as condições existentes querer que as ex-SCUT's e as portagens sejam reduzidas. Realçou que, quando existirem condições, o PSD votará sempre e a favor daquela posição, não podendo naquele momento serem vinculados àquela posição, tornando-se numa abstenção da Coligação Sim, É Possível. ---

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, subscrevendo, na integra, o proferido pelo deputado Mário Gonçalves, lamentando a intervenção do Presidente da República. Lamentou a posição anunciada pela Coligação Sim, É Possível, pois era algo que defendiam, reiterando que no programa do PS e mais tarde o partido CHEGA, já se encontrava previsto a eliminação das portagens nas ex-SCUT's. Naquele momento, se se estava a pagar os custos da interioridade, a defender os interesses da região, diminuindo toda a dinâmica dos concelhos que eram servidos pelas ex-SCUT's, lamentou profundamente ouvir dizer que não se ia tomar posição, sendo aquela Moção de interesse das autarquias. ----------

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que a Moção "Pela Eliminação das portagens nas ex-SCUT's", foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dez abstenções e trinta votos a favor.

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Leocádio, alegando, com base nas intervenções do deputado Mário Gonçalves, sobre as declarações do Senhor Presidente da República, discordar das palavras e a forma como foram proferidas, quanto ao conteúdo era discutível. Considerou a forma má, pois será recordado como um Presidente de má memória, quanto à descolonização, segundo o Dr. Ramiro Eanes, foi um desastre, questionando o deputado Mário Gonçalves, sobre a colonização, considerando ser de interesse discutir aquele tema. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando só concordar com algumas das palavras proferidas pelo deputado que o antecedeu. Quanto ao item da colonização encontra-se disponível para o debater, pois conta com alguma experiência de Angola, considerando os movimentos de libertação selvagens, sendo Portugal um dos primeiros países a acabar com a escravatura no mundo. Respondeu ao deputado Paulo Leocádio, informando existir uma situação de empate, na balança, atendendo à história antepassada, salientando que atualmente existe uma relação privilegiada entre brancos e pessoas de cor, de convivência e amizade. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, mencionando subscrever na totalidade o proferido pelo deputado Mário Gonçalves, realçando que relativamente à questão do Senhor Presidente da República, era um não assunto, tendo sido dada demasiada importância. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando uma declaração de interesse às intervenções precedentes, referindo ter nascido em Angola e ter vindo para Portugal, não se considerando retornado, mas sim repatriado, sendo por formação e educação, do interior profundo e rural, tendo um raciocínio lenificado. Mencionou que as Beiras e Serra da Estrela dispõem de cerca de cento e nove milhões de euros de fundos europeus, até 2030, mencionando o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela que o plano de ação tem uma dotação financeira de aproximadamente cento e nove milhões de euros, destinados a aplicar em projetos de diversas áreas, designadamente digitalização

da administração pública, igualdade de acessos a serviços de educação, infraestruturas e equipamentos, energias renováveis, mobilidade sustentável, habitação social, requalificação urbana e conservação da natureza. Questionou o Executivo Municipal sobre o que pensava do que tinha mencionado, que projetos já se encontravam planeados, o que é que o Executivo Municipal pretendia fazer, que candidaturas pretendia apresentar e em que domínios, solicitando uma resposta direta, concreta e concisa, uma vez que se estava a falar num quadro comunitário de apoio 2030, para além do já existente, PRR, sendo as últimas oportunidades de captar fundos para o desenvolvimento deste interior. Referiu que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela lidera um consórcio de 28 entidades públicas e privadas que apresentou uma candidatura ao PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) da região centro, designada de náutica de interior no centro de Portugal, com o objetivo de promover o turismo náutico no interior, pretendendo a criação de valor e emprego sustentável nesta região, com base na oferta de produtos turísticos assentes em recursos ambientais, paisagísticos e culturais, questionando se o Executivo Municipal candidatou alguma coisa, e em caso afirmativo , o que candidatou e em que moldes, e se o não fez porque é que não o fez. Referiu uma reunião extraordinária do Executivo Municipal, no passado dia 26 de abril, em que dos pontos da Ordem de Trabalhos constava a aprovação dos projetos de execução relacionados com a reabilitação da Escola Secundaria Gonçalo Anes Bandarra, EB 2 e 3 de Trancoso e EB 1, 2 e 3 de Vila Franca das Naves, realçando que a apresentação de candidaturas acabava naquele dia, daí a urgência na reunião. Frisou que havendo conhecimento antecipado, há tantos meses atrás que o prazo de términus seria a 30/04/2024, questionou como é que só no dia 26/04/2024 é feita uma reunião extraordinária, porque, pelo vistos, não se encontrava nada feito ou encaminhado, ou se estava não tinha maturidade suficiente, correndo o risco desnecessário, porque irão ser aprovadas as candidaturas com maior maturidade, o que significava que o pouco dinheiro restante para aqueles objetivos ia ser dado às candidaturas que apresentavam um grau de desenvolvimento e maturidade, caso que não se devia verificar na candidatura do Município de Trancoso. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente de Câmara referiu que o período de antes da Ordem do Dia teve um carácter muito nacional. No entanto, apenas tinha sido questionado pelo deputado João Caramelo, respondendo que a aprovação dos projetos da requalificação das escolas e parques escolares, foram submetidas durante o período da manhã algumas candidaturas e continuavam a ser submetidas outras, realçando que a Câmara Municipal adjudicou os projetos há mais de uma ano, em outubro de 2022, e só quem não conhecia e tinha experiência do que era governar, trabalhar e pressionar os gabinetes é que poderia desconhecer como as coisas efetivamente funcionavam, tendo existido um trabalho exaustivo para que tudo fosse feito para poderem existir estas candidaturas, com um valor aproximado de sete milhões de euros para as três escolas, sendo uma aposta grande na educação. Respondeu à questão do turismo náutico, encontra-se o projeto sinalizado no Portugal 2030, para eventual requalificação da albufeira da Barragem da Teja, da criação de um parque de lazer e de uma praia fluvial. Quanto à questão do plano de revitalização da Serra da Estrela, o montante encontra-se destinado aos seis concelhos da área do Parque

Natural da Serra da Estrela, aqueles que foram afetados pela tragédia dos incêndios, não tendo mais nenhum Município conseguido candidatura naquele plano, embora a comunicação social referisse que a verba fosse afeta aos quinze municípios da CIM. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, solicitando defesa de honra pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente nomeadamente: "…só quem desconhece, só quem nunca exerceu o poder, só quem não sabe o que é governar é que pode vir aqui fazer essas perguntas…", não lhe admitindo a Si nem a ninguém que efetue comentários desses às suas intervenções, nunca lhe tendo faltado ao respeito e nunca resvalou para um insulto pessoal no que diz respeito às suas intervenções, solicitando que mantivesse o nível que tem procurado manter quando efetuasse intervenções na Assembleia Municipal. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, pedindo esclarecimento relativamente às obras das escolas, existindo anteriormente um protocolo já firmado para a realização das obras, que não foi levado avante, estando, naquele momento, com os projetos aprovados, desde 2022, tendo os projetos com maior maturidade prevalecimento nas candidaturas, caso seja aprovada, significando que caso não seja aprovada, por motivo da maturidade ou não, a responsabilidade será do Município que não trabalhou a tempo e horas para ter o projeto aprovado, questionando qual seria a justificação do Município para todos os Trancosenses que não tiveram as obras nas escolas concluídas. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que se cumprirem os prazos e foi submetida a candidatura, sendo valores importantes e estando confiantes, não valendo a pena estar a levantar "ses", acreditando e trabalhando para que as coisas aconteçam. Respondeu ao deputado, João Caramelo, mencionando ter muito apreço pelas suas intervenções, tal como as de todos. Salientou que, desde o Seu primeiro mandato, baixou as bandeiras partidárias e que se encontrava, ali, para trabalhar em prol do concelho para procurar resolver os problemas existentes, sendo todos importantes. Não tendo intenção de desrespeitar qualquer deputado, reconhecendo não serem donos da verdade e precisando da colaboração de todos naquele espírito de otimismo e construção. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente do Município relembrou que os últimos dois meses tinham sido de grande atividade e importância, quer na realização de algumas obras, quer na realização de muitos eventos que trouxeram muita gente a Trancoso, com a ajuda incansável das Associações. Reconhecem que não é possível fazer tudo, e que as condições climatéricas são prejudiciais para a reparação das estradas, no entanto, considera que os serviços do Município se encontraram à altura das diversas situações. Os serviços externos têm dado resposta na limpeza de ruas, largos, avenidas, espaços verdes e jardins, e colaboraram também, com as juntas de freguesia. Aproveitou a oportunidade para deixar uma palavra de apreço e gratidão, pelo brio e profissionalismo ao Dr. Fernando Delgado, diretor de departamento de administração geral, que recentemente se reformou. Relembrou os eventos realizados, a Feira do Fumeiro com dois fins de semana, a participação do Município na BTL, as atividades da Páscoa, os mercados semanais, a apresentação de três obras literárias com autores do concelho de Trancoso, expressando a importância que

a Câmara procura incutir no setor da Cultura. Relembrou as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, trazendo grande animação à cidade e ao concelho. Foi resolvido com a Junta de Freguesia do Reboleiro, a doação por parte da Junta ao Município dos terrenos rústicos para que se possa avançar com a remodelação do projeto da Zona Industrial do Reboleiro. Encontra-se pensado lançar o concurso público da Zona Industrial de Vila Franca das Naves numa das próximas reuniões. Salientou que foi efetuado o pagamento a fim de resolver um termo de transação judicial, com o empreiteiro da Zona Industrial da Ribeirinha, que se arrastava desde 2013, tendo negociado a dívida para 335.000,00€ (trezentos e trinta e cinco mil euros), encontrando-se o assunto resolvido e pago. Referiu as obras de requalificação dos Paços do Concelho que continua em bom ritmo, estando já a ser colocada a estrutura da cobertura. Encontram-se também em bom ritmo as obras do Centro de BTT da Serra do Pisco – antiga Escola Primária da Venda do Cêpo, a obra da Escola Primária de Moimentinha, encontram-se praticamente concluídas as obras: da Escola Primária de Vale do Seixo – albergue. Encontra-se concluída a ETAR de Vila Franca das Naves e em fase de conclusão o Centro de Convívio nas Carigas. As obras da requalificação da Escola Primária do Maçal da Ribeira estão para breve. Mencionou as obras do Castelo, as obras de requalificação e valorização do Largo de Santa Marinha em Moreira de Rei, para que possam estar concluídos brevemente. Encontram-se sinalizados no Portugal 2030, os projetos: O Museu da Cidade, o Largo Eduardo Cabral, o Parque Industrial de Vila Franca das Naves e o Parque de Lazer na Barragem da Teja. Relativamente à execução do orçamento e tendo como referência de análise o dia 24 do corrente mês, importa referir que o valor da receita líquida cobrada ascende a 4.750.627,68€ (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e sete euros e sessenta e oito cêntimos), o que corresponde a uma execução de 18,85 %. Quanto à despesa paga até à mesma data, o valor ascende a 3.481.940,59€ (três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e quarenta euros e cinquenta e nove cêntimos), o que corresponde a uma taxa de execução de 11,88 %. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa aproveitou para saudar o Senhor Diretor de Departamento, Dr. Fernando Delgado, que goza, agora, do tempo de aposentação, sendo as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara secundadas por todos os elementos presentes, nomeadamente a Sua lealdade quer com este Executivo, quer com Executivos passados, a Sua competência e assiduidade são qualidades reconhecidas, desejando as maiores felicidades. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, em nome da Coligação Sim, É Possível, propondo um voto de louvor ao Dr. Fernando Delgado, que teve a sua aposentação justa e merecida há muito pouco tempo, pessoa de raras qualidades, amigo do seu amigo, homem de bem, simples, de trato fácil e dedicado ao seu trabalho e amigo de fazer bem aos Munícipes. Esta Coligação propõe que o voto de louvor seja efetuado em Diário da República, porque é meritório dele. Viu referido com agrado as candidaturas aos empreendimentos escolares das diversas escolas de Trancoso e Vila Franca das Naves, realçando que as verbas do PRR já não são muito abundantes para as candidaturas apresentadas, realçando que caso não sejam aceites, terão de ser novamente submetidas ao quadro comunitário de apoio 2030, que não se encontra aberto, fazendo votos para que abra brevemente, desejando não ter de recorrer a outras

candidaturas. Questionou para quando o términus da requalificação da Escola Básica do 1º ciclo de Vila Franca das Naves. ----------

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, realçando que na anterior Assembleia foi mencionando em ato de apelo, para que naquela Assembleia já pudesse constar na atividade do Senhor Presidente, os projetos da Zona Industrial da Ribeirinha e da freguesia, tal não tendo acontecido. Foram já efetuadas as escrituras de doação e não existem dívidas ao empreiteiro, esperando que o futuro seja risonho. Registou com apreço a atividade do Senhor Presidente que em 62 dias, participou em 50 sessões/ações, sinal de dinâmica e trabalho. Referiu que como as escrituras foram efetuadas em nome do Município, implicou despesas, não só nas escrituras, mas também no acerto de pagamento aos proprietários, tendo a Junta de Freguesia assumido essas despesas, esperando, para breve, a compensação desses custos. Apelou para que em conjunto com a Freguesia de Rio de Mel, fosse cedida a retroescavadora de modo a limpar os diversos acessos na Serra que une as freguesias. Sugeriu que o parque de estacionamento ao pé do Multiusos, devia ter algum método de ordenamento para estacionamento, de modo a evitar constrangimentos. ----------

--- Interveio o Presidente de Junta de Freguesia de Palhais, João Santos, referindo as obras dos parques escolares das diversas escolas, esperando que seja aprovado, por achar que foi extemporâneo, estando bastante apreensivo quanto à sua concretização. Referiu a desflorestação em massa que se assiste no concelho, nomeadamente na freguesia de Palhais, andando algumas empresas a derribar a floresta sem haver qualquer intervenção, estando os caminhos caóticos, devendo existir uma norma de modo a que não seja cortado de forma devastadora, mas faseado. Mencionou a estrada para Carapito que se encontra em estado miserável, apelando para que assim que fosse possível se fizesse uma rápida intervenção, pois é utilizada por bastantes pessoas. Realçou que existe fibra ótica no Centro Escolar de Palhais, não tendo ainda chegado a casa dos fregueses, Palhais e Benvende, por considerar existir falta de vontade por parte do Município, pois é a informação que é transmitida por parte dos operadores, sendo um meio de comunicação essencial nos dias de hoje. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, na sequência das palavras proferida pelo Senhor Presidente da Câmara reforçando a ideia que o Senhor Doutor Fernando Delgado é um homem sério e que foi leal, independentemente das cores partidárias que serviu, trabalhador, assíduo, sabedor e competente. Um homem com H grande a quem todo o Município muito deve, tendo tratado todos por igual. Desejando-lhe muita saúde para gozar a aposentação. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Hugo Neves, mencionando que passou um ano, após a sua intervenção na Assembleia de fevereiro de 2023, solicitando alguns melhoramentos no Polo Escolar da Ribeirinha, entre os quais destaca a construção/ aquisição de um parque infantil, entre outros equipamentos desportivos nomeadamente balizas/ cestos de basquetebol e outros para boas práticas vocacionais e desportivas, salientando que aquela obra foi inaugurada há cerca de cinco anos, onde o número de alunos é reduzido, mas que têm direito às suas brincadeiras, desde que sejam criadas condições. Tendo sido

mencionado nessa Assembleia, que até ao final do ano letivo 2023, os equipamentos lúdicos estariam em funcionamento na escola, verdade é que até ao momento os referidos equipamentos não se encontram na escola e possivelmente nem adquiridos ainda foram. Como pai de um aluno daquela escola não pode ficar indiferente a esta falta de consideração para com as crianças, realçando que não existe nenhum equipamento no exterior/ interior. Menciona a floresta e a limpeza dos caminhos rurais, assunto de grande preocupação, devendo existir um meio de prevenção para o combate a incêndios, pois em 2020/2021, foi anunciado naquela Assembleia, que seriam abertos novos caminhos, novos acessos e outros requalificados pelos serviços de engenharia militar, projeto que não avançou, questionando se esses serviços previstos já foram realizados, se vão ser realizados ou se simplesmente deixaram de fazer sentido, apelando ao Executivo que junto dos serviços analisassem os locais fulcrais com manchas florestais de maior dimensão, de modo a que fossem efetuadas condições na prevenção e defesa deste património florestal. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando as taxas de execução das GOP ou do orçamento do Executivo Municipal, realçando os dados a 24/04/2024, onde a taxa de execução da receita é de 18,85%, sendo a taxa de execução da receita corrente de 26%, a taxa de execução da receita de capital de 10,09%, por seu lado a taxa de execução da despesa corrente de 15,23% e no que diz respeito à despesa de capital de 6,09%. Reforçou a ideia de que as taxas de execução são muito baixas, designadamente as taxas de execução da despesa e dentro destas as despesas de capital. Pode-se alegar que a culpa não é do Executivo, pois estão prontos para pagar e os empreiteiros é que não querem receber, significando que não existe obra para faturar pois não foi feita. Realçou que não existe nenhum agente económico para apurar receitas, para pagar e resolver os seus compromissos não se apresente junto dos seus clientes de modo a obter o pagamento dos trabalhos efetuados. Frisou que a taxa de execução da despesa de capital é neste momento de 6,09%, tendo referido que está em linha com aquilo que aconteceu, estando em 2023 as taxas de execução da receita de 36,23%, ou seja, o dobro da taxa de execução da receita do ano de 2024 e dentro da taxa de execução da receita, a taxa de execução da receita corrente era de 22,82% e a taxa de execução da receita de capital era de 16%, ou seja mais 4%, um 1/3 mais do que é aquilo que é este ano. Por seu lado a taxa de execução da despesa, em 2023, era de 13,49%, ou seja, mais 2% do que a atual, no que diz respeito à taxa de execução da despesa de capital, em 2023, era de 8,18%, estando este ano abaixo desse valor com cerca de 6,09%. Referir que está em linha com as taxas de execução anteriores não é verdade, na sua totalidade, e se está em linha está mal, porque já estava mal em 2023 e 2022. Salientou que se estas taxas estão cada vez menores significa que, em vez de se fazer mais e melhor, fazemos menos e pelos vistos não se faz tanto, quanto seria desejável. Alertou que no final do 1º semestre o Executivo Municipal apresenta taxas de execução muito limitadas e que nessa medida são meritórias de reflexão e cuidado atempado por parte deste Executivo Municipal. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao deputado Mário Gonçalves, informando que o voto de louvor proposto ao Dr. Fernando Delgado, a Câmara Municipal na primeira reunião de abril o fez no lugar próprio. Quanto à questão da submissão da candidatura dos parques escolares, é necessário

ter noção que as escolas, são consideradas, já pelo anterior Governo, como escolas prioritárias, não tendo a ver com o grau de maturação dos projetos, considerando que a maturidade não tem a ver com o projeto ter sido apresentado antes ou depois, mas sim com as necessidades, desde as caixilharias, o isolamento térmico, a substituição da iluminação, as coberturas, dos modos fotovoltaicos e das acessibilidades para a mobilidade reduzida. Quanto à questão da Escola Primária de Vila Franca das Naves, há muito que foi adjudicada a obra, ainda não tendo começado devendo existir a noção que durante o período de inverno, não foi possível realizar obras a céu aberto no concelho de Trancoso, quer pelas temperaturas, quer pela chuva. Quanto às obras do castelo, existe o compromisso que as mesmas estejam concluídas até 29 de maio, faltando uma plataforma de acesso para a mobilidade reduzida. Respondeu ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Reboleiro informando que a Câmara Municipal tem feito um grande esforço, pois pagar num único dia cerca de 335.000,00€ (trezentos e trinta e cinco mil euros) de obras realizadas na zona industrial há mais de 10 anos, não foi fácil. A reunião de todos os documentos para a elaboração das escrituras foi um trabalho bastante moroso, não podendo ser esquecida a situação financeira do Município, sendo a sua prioridade a resolução da situação da PPP (Parceria Público Privada), salientando que se não foi feito mais é porque o dinheiro não chega para tudo, havendo o compromisso de, assim que possível, apoiar a junta para aquisição dos terrenos contíguos à referida zona. Quanto à questão do estacionamento do Parque da Feira, é de conhecimento que a Câmara não pode intervir no Campo da Feira, porque caso pudesse já há muito que estaria resolvido a questão das pedras, onde muita gente cai, logo que exista visto do Tribunal de Contas para que os equipamentos passem definitivamente para propriedade plena da Câmara Municipal, será uma das primeiras obras a recuperar, tanto a nível das pedras desniveladas como no estacionamento. Respondeu ao Presidente de Junta de Freguesia de Palhais, a propósito da candidatura das escolas, sublinhando que foi há cerca de dois anos que se começou a encarar a situação, tendo a Câmara já gasto cerca de 60.000,00€ (sessenta mil euros) na elaboração do projeto, estando agora em condições de submeter a candidatura e de encontrar uma fonte de financiamento a 100% para as obras que irão revolucionar e trazer condições aos parques escolares, estando as obras previstas no valor de 7.000.000,00€ (sete milhões). Quanto às questões das intervenções na floresta, encontram-se todos de acordo, sendo necessário uma limpeza cuidada, não cortando todas as arvores existentes. Reconhece o estado deplorável em que se encontra a estrada que faz ligação a Carapito, havendo a promessa de efetuar pequenas reparações, de modo a que daqui a algum tempo possam avançar com o concurso de repavimentação daquela estrada. Respondeu ao deputado Hugo Neves, informando que se encontram contentes com o Polo Escolar da Ribeirinha, informando que no meio de junho irão abrir o refeitório, em modo experimental, para que, no próximo ano letivo, possa funcionar em pleno. Realçou que existe muita consideração por parte deste Executivo, em relação aos pais e alunos daquela escola, havendo a necessidade de resolver os problemas mencionados. Respondeu ao deputado João Caramelo, mencionando que a execução no início do ano é sempre reduzida, devido a diversos fatores, havendo muitos compromissos para pagar, nomeadamente as obras dos Paços do Concelho, a ETAR de Vila Franca das

Naves, o Albergue de Vale do Seixo, obras que se encontram praticamente concluídas, mas não se encontram pagas. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, sugerindo que a requalificação da Escola Primária de Vila Franca das Naves, nunca deveria ter sido dado um prazo de 90 dias ou não se devia ter lançado o concurso quase no inverno, sugerindo que não sejam lançadas estas obras em período de inverno, mas a serem lançadas que não seja dado um prazo tão curto de modo a que termine também no inverno. ----------

--- Em resposta, o Senhor Presidente de Câmara informou que a obra acabou por ser suspensa, devido às condições climatéricas, estando naquele momento bem encaminhada. Realçou que se encontram sempre disponíveis para receber sugestões de todos os deputados, Presidentes de Junta e Vereadores. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois**. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a revisão orçamental visava uma pequena revisão, na ordem dos 220.000,00€ (duzentos e vinte mil euros), resultante da necessidade de incluir novas rubricas, como sejam a elaboração do projeto respeitante ao Largo Eduardo Cabral, a aquisição do mobiliário para os Paços do Concelho, o abastecimento de águas aos Montes e a rede de águas residuais e pluviais em Trancoso, pois algumas encontram-se degradadas e a precisar de reparações e também os arranjos exteriores do albergue, em Vale do Seixo. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, relativamente aos empreendimentos que transitaram para 2024, a nível da execução, a taxa de execução foi irrisória, podendo ser alegados diversos fatores, no entanto, considera que ao manter-se aquele ritmo vai ter uma execução inferior à do ano 2023, sugerindo para que o concelho tenha mais progresso e os fregueses melhor qualidade de vida, que a verba sobrante de todos os anos, na ordem dos três milhões e meio de euros, não transitasse. Aplicar e levar o orçamento a 100% de modo a que tenha efeito e impacto social no desenvolvimento harmonioso do concelho e chegar aquela verba a obras e instituições, não devendo empurrar os orçamentos. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando um extrato da certidão enviada do ponto relativo à segunda revisão ao orçamento da receita e da despesa e à correspondente alteração às grandes opções do plano: "…necessidade de incluir algumas rubricas, como sejam a elaboração do projeto respeitante ao Largo Eduardo Cabral, a aquisição do mobiliário para os Paços do Concelho, a rede de águas residuais em Trancoso, pois algumas encontram-se degradadas e a precisar de reparações e também os arranjos exteriores do albergue, em Vale do Seixo.", razões invocadas para propor esta alteração. Primeira razão, elaboração do projeto respeitante ao Largo Eduardo Cabral, sendo perfeitamente previsível que no ano de 2021, 2022 e 2023 já deveria ter sido identificado com a devida antecedência, sendo desnecessário em abril, efetuar uma alteração. Segundo a aquisição de mobiliário para os Paços do Concelho, sendo as mesmas razões, não acreditando que o Executivo Municipal tendo em curso a reconstrução do edifício dos Paços do Concelho, não soubesse que tinha de adquirir mobiliário novo para aquelas instalações, ou seja, em novembro, aquando da votação do orçamento já o Executivo Municipal deveria ter proposto uma rubrica em que contemplava exatamente esta despesa, realçando que ou por e simplesmente não é capaz de prever

aquilo que vai acontecer, ou prevendo não o quer fazer, por razões de construção do próprio orçamento. A rede de águas residuais em Trancoso, pois algumas encontram-se degradadas, olhando para o Mapa da revisão n.º 2 ao Orçamento da Despesa, verifica-se que o sistema de drenagem de águas residuais, a saída de 17.000,00€ (dezassete mil euros), existindo a justificação por parte do Executivo, que é necessário fazer mais, mas a despesa diminui, se a justificação apresentada foi que tinha que incrementar as despesas, porque não se encontravam previstas, como é que no Mapa existe menos despesa do que aquela que era necessária. Estações de tratamento de águas residuais, menos 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), captação e distribuição de água, menos 82.500,00€ (oitenta e dois mil e quinhentos euros), concluindo que ou o Executivo não apresentou uma justificação de acordo com a realidade, ou então a realidade dos números desmentiu a posição do Executivo, porque aquilo que se tem, são dados contraditórios, ou se acredita na justificação de V. Exa. ou se acredita que os funcionários do Município atuaram de acordo com a realidade. Outros investimentos, menos 25.500,00€ (vinte e cinco mil e quinhentos euros), ou seja, a justificação é contraditória com os números. ----------

--- Em resposta, o Senhor Presidente de Câmara respondeu ao deputado Mário Gonçalves, que irão terminar o ano com percentagens superiores às de 2023, tendo as percentagens sido de 85% na receita e cerca de 60% na despesa, existindo obras com os compromissos assumidos, na ordem dos 2.817.000,00€ (dois milhões, oitocentos e dezasseis mil euros), que se tivessem sido executadas, haveria um saldo bastante diminuto. Frisou que ainda bem que a Câmara Municipal sabe gerir e resolver os problemas de modo a acomodar a divida que existe. Quanto à questão levantada pelo deputado João Caramelo referiu que o Largo Eduardo Cabral já esteve contemplado em anos anteriores. O mobiliário para os Paços do Concelho só revela a capacidade de visão que a Câmara tem, pois muitos, possivelmente, pensariam que o mobiliário para os Paços do Concelho só poderia ser em 2025 ou 2026, obviamente que se a rubrica não se encontrava contemplada, era necessário lançar o concurso para o mobiliário e ser trazido à Assembleia. Quanto às águas pluviais, nomeadamente na Rua da Teja e Rua de Castelo de Vide, em que as águas entram para as garagens, existe a necessidade de efetuar essa correção. ----------

--- Colocado o ponto à votação, pelo Presidente da Mesa, o mesmo foi aprovado por maioria, com seis abstenções e vinte e seis votos a favor. De seguida, informou que se iria passar ao **ponto três**. ----------

--- Usando da palavra, o Presidente do Município informou que o Mapa de Pessoal, foi aprovado na Assembleia Municipal de 29 de dezembro, com as necessidades do serviço para o ano de 2024, no entanto, existe a necessidade de uma alteração na sequência de uma candidatura ao PRR, financiada a 100%, ao programa denominado "Radar Social", prevendo-se a necessidade de contemplar mais dois postos de trabalho por 27 meses, para dois técnicos superiores, um na área da Ação Social e outro na área da Sociologia. ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da Ordem do Dia. ----------

--- Não havendo inscrições para este ponto, encontra-se a apreciação feita. De seguida o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem do dia. ----------

--- Usando da palavra, o Senhor Presidente do Município, informou que o ano de 2023 foi marcado por grandes desafios, permanecendo ainda os efeitos negativos da pandemia, ao qual se juntaram os conflitos da guerra na Ucrânia, criando uma crise inflacionária muito grande, tendo procurado a Câmara Municipal manter o rigor das contas, mantendo o apoio às famílias, com a redução do IMI, a devolução do IRS, o apoio escolar na comparticipação dos manuais escolares e mantendo o mesmo rigor financeiro no controle das contas do Município, assumindo responsabilidades do passado e pagando algumas dívidas. Foi aumentado o apoio a todas as associações culturais, desportivas e recreativas, aos Bombeiros, IPSS's e foi ainda possível realizar um conjunto de investimentos municipais importantes, nomeadamente a requalificação das obras do Paços do Concelho. Realçou a inauguração e abertura do espaço Trancoso Invest, estando sete empresas instaladas naquele edifício, tendo sido um progresso para Trancoso na criação de postos de trabalho, não só naquele equipamento, mas também com a abertura de um espaço comercial privado, com a criação de cinquenta postos de trabalho. A conclusão da ETAR de Vila Franca das Naves, o projeto do Turismo acessível que liga o Posto de Turismo ao Castelo, as obras do albergue de Vale do Seixo, o Centro de BTT da Serra do Pisco, que teve início, o Centro de Convívio das Carigas que se encontra prevista a conclusão das obras para breve, a requalificação do piso do Pavilhão Multiusos e uma aposta para o sector primário, nomeadamente na fileira da castanha, quer também no protocolo com a Cooperativa no sentido de ser apoiado o saneamento sanitário dos animais de todo o concelho. Para além daquelas obras, encontram-se particamente concluídos projetos estruturantes para o concelho, o parque escolar, com cerca de sete milhões para as três escolas, o Museu da Cidade, estando o projeto concluído, aguardando disponibilidade financeira para em breve ser lançado, o loteamento da Senhora da Fresta, tendo sido assinado com o IHRU a escritura pública do direito de preferência, por forma a ser lançado e a pedir o adiantamento para a construção daquelas nove habitações, financiadas pelo PRR, o projeto da Zona Industrial de Vila Franca das Naves encontra-se pronto, de modo a ser brevemente lançado, foi também resolvido os problemas da Zona Industrial do Reboleiro. Realizaram-se grandes eventos culturais e de grande qualidade trazendo muita gente a Trancoso, realce disso é que 2023 bateu todos os números de visitantes dos últimos 10 anos. Relativamente ao Relatório de Contas o valor total da receita cobrada foi de 18.158.138,00€ (dezoito milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e trinta e oito euros), correspondente a uma taxa de execução de 82%, quanto à despesa foi de 14.982.833,56€ (catorze milhões, novecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), correspondente a uma taxa de 68%, existindo uma dívida de 2.817.600,12€ (dois milhões, oitocentos e dezassete mil, seiscentos euros e doze cêntimos), de obras concursadas e não realizadas, existindo um saldo orçamental para a gerência seguinte no montante de 3.175.305,00€ (três milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e cinco euros). Realçou o Mapa do Empréstimos, sendo um dos anos, com os valores mais reduzidos, situando-se nos 2.915.749,45€ (dois milhões, novecentos e quinze mil, setecentos e quarenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos),

permitindo a resolução da parceria. Salientou que em 31 de dezembro de 2023, o Município apresentava o valor de dívida dentro dos limites, sendo de 3.817.585,69€ (três milhões, oitocentos e dezassete mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos) e o prazo médio de pagamento aos fornecedores encontra-se nos 11 dias. Terminou destacando que se encontram no bom caminho. ----------
--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, realçando que folgou das palavras proferidas pelo Senhor Presidente quando mencionou que "as dívidas são para pagar e que se encontram no bom caminho". Referiu as taxas de execução da receita e despesa, que foram respetivamente de 82% e 68%, comparadas aos anos de 2023 e 2022, verifica-se que as taxas de execução aumentaram, significando que deve ser registado e agradecer o esforço efetuado nesse sentido, existindo algumas reflexões a efetuar, nomeadamente o art.º 56 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no seu n.º 3 – "No caso do município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%, são informadas as entidades referidas no n.º 1", sendo que o n.º 1 refere – "Sempre que, na informação trimestral reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º …, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, …, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte". Verifica-se que em 2021 a taxa de execução da receita foi de 68,76%, em 2022 foi de 77,35% e 2023 de 82%, ou seja, em três anos consecutivos a taxa de execução da receita do Município de Trancoso, foi inferior a 85% do seu orçamento, acreditando que as entidades acima referidas foram informadas desta circunstância, não se recordando quer seja da análise das atas do Órgão Executivo, quer do Órgão Deliberativo que o respetivo Presidente haja comunicado aos membros, que tenha acontecido e recebido uma comunicação nesse sentido. Pese embora tudo o que tenha sido referido em termos de aumento da taxa de execução da receita e da despesa, parece que não se cumpriu aquilo que é intenção do legislador, nomeadamente no que diz respeito ao regime de financiamento das autarquias locais. As taxas de execução também devem ser analisadas em termos absolutos para aquilo que estava orçamentado em termos de receita e despesa, tendo-se cobrado menos 4.989.688,00€ (quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e oito euros) do que aquilo que se encontrava orçamentado, quase cinco milhões de euros e gastou-se menos 4.430.369,00€ (quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos e sessenta e nove euros), considerando não ser um desvio pequeno, pois falar de quatro milhões de euros não é o mesmo que falar de quatro euros, significando em termos de orçamento um desvio de 20%. Olhando para as contas verifica-se um recebimento por parte do Município de impostos, subsídios, concessões, aumentou dos gastos de pessoal, não aumentando património, tendo diminuído a liquidez geral, reduzida e imediata e aumentou a dívida total por habitante, sendo em 2022 de 525,00€ (quinhentos e vinte e cinco euros) e passou a ser de 1.066,00€ (mil e sessenta e seis euros). Terminou salientando as rúbricas: reparação do antigo edifício da Escola Primária de Vale de Mouro, de Maçal da Ribeira, de Tamanhos, de Vila Franca das Naves, requalificação do parque escolar do 2º e 3º ciclo de Trancoso e de Vila Franca das Naves e da Escola

Secundária de Trancoso, Jardim de Infância de Trancoso – polo 1 e 2, aquisição de terrenos, reparação e beneficiação de diversas habitações, rubricas mencionadas e que não tiveram qualquer tipo de execução, mas que se encontravam orçamentadas. ----------

--- Em resposta, o Senhor Presidente de Câmara realçou que são apenas pontos de vista e demagogia, porque mencionar a requalificação dos parques escolares de Trancoso e Vila Franca das Naves, depois de tudo o que tinha proferido, naquela Assembleia, em relação ao assunto. Relativamente s escolas primárias, as obras não foram executadas, mas adjudicadas, sendo necessário estar em orçamento. ----------

--- Colocado o ponto à votação, pelo Presidente da Mesa, o mesmo foi aprovado por maioria, com sete votos contra, duas abstenções e vinte e nove votos a favor. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, apresentado uma declaração de voto em nome da bancada da Coligação Sim, É Possível: "O ano de 2023 é o segundo ano completo do atual executivo municipal. Assim, se no passado a nossa análise às contas teve a condescendência e a tolerância por se tratar do primeiro ano completo da gestão deste executivo em funções, já este ano seremos mais exigentes nesta análise. Depois de analisados os documentos, não estamos minimamente espantados com a evolução das contas e da gestão em geral. Ao longo do ano de 2023 foi facilmente percecionado o resultado que se adivinhava, pois foram notórias as dificuldades que este Executivo teve em implementar um programa de crescimento e desenvolvimento. Ao longo do ano fomo-nos apercebendo da trajetória da evolução dos gastos e da atuação do Executivo, pelo que o nível do cumprimento da execução orçamental, e das Grandes Opções não são de espantar. A nossa posição sobre os documentos em discussão merece duas vertentes de análise e opinião: - Se, por um lado, do ponto de vista técnico, consideramos que a equipa que os preparou o fez no escrupuloso zelo pelo seu trabalho, elaborando um trabalho que dignifica o Município e os seus Colaboradores em geral, onde não se vislumbra qualquer apontamento ou crítica materialmente relevante para não se considerar estas contas confiáveis, - Por outro lado, e do ponto de vista da análise política, os documentos apontam precisamente para aquilo que já referimos, nomeadamente a elevada dificuldade que o Executivo teve em implementar o Orçamento proposto para 2023. Dito isto, parece-nos que algumas observações se justificam sobre o ano económico de 2023. Assim, relativamente ao conteúdo da posição veiculada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, deparamo-nos com um texto meramente descritivo, misturando nesta descrição de números, adjetivações gloriosas, com destaque para as rituais menções como rigor e ambição e dois anos de resultados positivos… Ao contrário do que seria esperado e exigido, nada é dito sobre objetivos e futuro para o Município. Refere-se, de forma abstrata, que são contas que permitem ao Executivo prosseguir com o conjunto de investimentos que tem em curso. Questiona-se a lista de investimentos reprodutivos e o motivo para esse adiamento…? Fazemos esta pergunta porque as contas estão equilibradas desde que este Executivo tomou posse, e não será por aí a não concretização de objetivos estratégicos. Da mesma forma, e como referimos no ano passado, numa ótica de gestão financeira de uma empresa comercial, diríamos que o ano foi globalmente positivo, com evoluções que nos deixariam satisfeitos, pois todos os resultados são globalmente positivos. Assim, poderíamos celebrar o lucro que esta

empresa teve (perdão, que o Município, enquanto pessoa coletiva, teve). E como distribuir agora os lucros? Todos nós sabemos que o objetivo final da função económico-financeira de um Município não é gerar Resultados Líquidos, mas sim implementar estratégias e investimentos tangíveis e intangíveis, destinados a criar condições para melhorar a vida comum dos seus Munícipes. As empresas distribuem lucros, os Municípios não! E daí que a pergunta que se impõe é a de saber o que vai o Executivo municipal fazer com os lucros, dado que os não pode distribuir??!! Obviamente que o objetivo de todos é que se mantenham contas certas e equilibradas, que permitam executar o programa proposto aos Munícipes, e que não surja a necessidade de implementar medidas de exceção e de austeridade. Mas, existindo esse equilíbrio, a não execução dos Orçamentos na medida em que foram propostos, constitui-se, por si só, num insucesso político, e a arrogância de o não admitir merece reprovação. Concluímos que estamos satisfeitos com as contas equilibradas. Porém, reafirmamos ser tempo de agir, pois nesta fase não existem desculpas para a inerência verificada. Todavia, analisando de outra forma a Demonstração de Resultados, e interpretando aquilo que este Executivo informa no seu Relatório de Gestão, podemos verificar que no lado dos Proveitos e Ganhos assistimos a crescimentos significativos de rubricas que não têm diretamente a ver com a gestão da Câmara, mas sim com os resultados da Economia Nacional, como os impostos (IMI, Derrama, IUC, IMT, participação no IRS…) e a transferências correntes e de capital. Do lado dos Custos e Perdas assistimos a um aumento dos custos com Pessoal. Acresce que, em consequência da pouca atividade de Investimento, e tendo em conta que as receitas correntes entraram nas contas do Município (daí resultando um saldo positivo entre ganhos e perdas), financeiramente o ano de 2023 foi de poupanças, que permitiram ao Município aumentar as suas contas bancárias, à espera que alguém lhes dê melhor destino para desenvolver o Concelho. Face às poupanças geradas não restou ao Executivo municipal outra alternativa se não a de continuar a sua senda de pagamento de dívidas e, logicamente, de queda do passivo. No entanto, continuamos e reforçamos a opinião já emitida de que é nosso entendimento que o Município se encontra numa fase em que o passivo não constitui nenhum constrangimento. Neste sentido, impõe-se a implementação de estratégias que vão ao encontro das necessidades dos Munícipes e que constituam elementos de atratividade do nosso Concelho. Em resumo e conclusão diremos que, analisados os Relatórios e Prestação de contas: - o Balanço e Demonstração de Resultados indicam que as contas do Município respiram boa saúde económico-financeira; - o endividamento e o passivo do Município continuam numa fase descendente, iniciada anos atrás; - as taxas de execução do Orçamento e Grandes Opções ficaram muito aquém do desejável, revelando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos pelo Executivo; - as taxas de execução do Orçamento foram do lado da despesa baixas, o que indica incapacidade de gestão, ou, então, um consciente e manhoso adiar na realização de objetivos. E, por isso, do ponto de vista do desenvolvimento do nosso Município, o ano de 2023 foi negativo, e daí o nosso voto desfavorável. Coligação «Sim, é Possível»”. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Carlos Saldanha, apresentando a seguinte declaração de voto em nome da bancada do Partido Socialista: “Uma vez ultrapassada pandemia, os efeitos colaterais fazem-se

sentir-se em todo o mundo, e colocam a europa e a administração portuguesa perante enormes desafios, agravados pelo conflito armado no Médio – Oriente, cujos efeitos nefastos e abrangentes são de todo inimagináveis. A agravar este cenário geoestratégico, enquanto estamos a braços com o respaldo destes custos contingentes, a crise política e a demissão do governo, acarretam custos acrescidos que se fazem sentir inolvidavelmente, na economia, no tecido social e nas reformas em curso, como são disso exemplo, a crise na habitação e a execução de projetos estruturais para o país. Terreno este que se revelou e revela, fértil para a subida dos preços de bens e serviços, como são disso exemplo o mercado dos combustíveis, a energia, o custo da habitação e o arrendamento urbano, que vão onerando cada vez mais as famílias portuguesas, com reflexo imediato na degradação do nível de vida e na perda do poder de compra. Continua a saudar-se o rigor e a acautelada contenção das tentadoras matrizes despesistas, para fazer face a estes cenários negros, mantendo o executivo municipal o objetivo de assegurar a poupança necessária para conseguir acomodar a assunção das responsabilidades financeiras advindas do passado, com vista à sua resolução definitiva, como são disso exemplo os processos: Da Paceteg, S.A.; Da F. M. T — Feira e Mercados de Trancoso; Do Espaço do Mercado Grossista e das obras realizadas no Pólo Industrial da Ribeirinha. Neste cenário, o executivo municipal continuou a privilegiar medidas de caráter social e económico, que consomem recursos financeiros com significativo impacto no orçamento anual. Continuam a saudar-se: - As medidas de política fiscal de manutenção da taxa mínima de IMI e da sua redução em função do número de dependentes do agregado familiar; - O prescindir da totalidade do valor do IRS (5%); - O diálogo com a ULS da Guarda, procurando um melhor posicionamento do município nos cuidados médicos e de enfermagem prestados à sua população; - A manutenção da gratuitidade dos transportes escolares e o apoio ao 1.º e 2.º ciclos no âmbito do material escolar; - Os apoios aos agregados familiares mais necessitados, mormente ao nível das condições de habitação; - As medidas de proteção do ambiente e apoio financeiro às quatro equipas de Intervenção Permanente, junto dos bombeiros de Vila Franca das Naves e Trancoso; - A continuidade no investimento na manutenção e repavimentação das estradas, arruamentos municipais e reabilitação do património histórico; - A requalificação do edifício dos Paços do Concelho; - A continua aposta na promoção dos mercados semanais, das feiras e dos principais eventos culturais que promovem a excelência dos nossos produtos endógenos; - O apoio financeiro a todas as Juntas de Freguesia do concelho de Trancoso, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Comissões Fabriqueiras, sem esquecer as IPSS's do concelho e as Corporações de Bombeiros de Vila Franca da Naves e Trancoso, entre outras. Os agricultores viram renovado o apoio financeiro para o saneamento sanitário de ovinos, caprinos e bovinos canalizado através da Cooperativa Bandarra e da Agripec, num montante superior a 60 mil euros, bem como o investimento municipal em ampliações elétricas para explorações agrícolas e agropecuárias. Ao longo do ano de 2023 o setor comercial beneficiou da promoção e realização dos grandes eventos municipais, destacando-se, a Feira de São Bartolomeu, pela comemoração dos 750 Anos da sua criação, a Feira do Fumeiro e dos Sabores, a Feira da Castanha e a de Santa Luzia, as Bodas Reais , o Festival de Música do Castelo ou a comemoração do 25 de Abril, a festa das vindimas de Vila Franca das

Naves, eventos que atraem a Trancoso milhares de visitantes, que contribuem ativamente para a dinamização da economia local. Os reflexos na atividade económica do concelho também se fizeram sentir pela dinâmica gerada pelos investimentos municipais, projetos estruturantes para o concelho (Trancoso Invest...) e projetos de reabilitação de património quer ainda em requalificação de infraestruturas e em acessibilidades e rede viária, brindados por investimentos privados, como é disso exemplo, o "Pingo Doce". Da leitura do Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas, constata-se que: - O montante da despesa paga se aproximou dos quinze milhões de euros, ou seja, mais dois milhões e oitocentos mil euros do que o valor pago no ano anterior; - O valor da receita cobrada líquida superou os dezoito milhões, ou seja, aproximadamente, mais dois milhões, do que o valor arrecadado em 2022; - A execução do ano 2023 gerou um saldo orçamental para a gerência seguinte superior a três milhões de euros; - O total da receita corrente ultrapassou os doze milhões de euros e a despesa corrente atingiu os onze milhões e setecentos mil euros gerando um saldo positivo superior a trezentos e cinquenta mil euros. - Mostra-se cumprida a Regra de Equilíbrio Orçamental na elaboração e execução do orçamento, mantendo-se o Município abaixo do valor máximo de dívida permitida. Não deixamos, no entanto, de atentar, com particular acuidade, para uma solução final da Paceteg, SA., a partir de agora Paceteg EM., como pesada herança para o município criada em 2009, isto, apesar de hoje, o município ter outra capacidade de endividamento. A resiliência demonstrada pelo executivo municipal, permite abrir boas perspetivas quanto ao futuro imediato, basta atentarmos no objetivo do controlo do equilíbrio das contas e do cumprimento pontual e atempado das responsabilidades financeiras assumidas. Pelo que fica exposto a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos de prestação de contas do município referentes ao ano de 2023." ----------

--- De seguida, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem do dia, informando que receberam inicialmente uma certidão referente ao ponto 6 e posteriormente outra, pois a primeira continha lapsos, nomeadamente em relação a datas de reuniões do Executivo e de uma Sessão da Assembleia Municipal. Salientou que os pontos 6 ao 10, eram pontos que estavam interligados e até dependentes entre si, sendo apresentados por parte do Senhor Presidente da Câmara todos juntos, solicitando aos Senhores Deputados que caso concordassem os pontos seguissem o mesmo figurino do Senhor Presidente, alertando que a votação seria efetuada ponto a ponto. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou que vem a esta Assembleia de modo a dar continuidade à deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29/09/2023, cujo ponto era o seguinte: "Analise, discussão e votação de proposta relativa à aquisição transitória, por parte do Município de Trancoso, das participações sociais detidas pela TEGEC, E.E.M. e pelo grupo MRG no capital social da PACETEG, S.A., ao abrigo do disposto no art.º 166º do Orçamento de Estado para o ano de 2023, subsequente internalização da sua atividade e aprovação das respetivas minutas dos Contratos de Compra e Venda", considerando ser um assunto que todos pretendiam ver resolvido, porque se aquela proposta viesse a ter visto do Tribunal de Contas, seria, de facto, importante para o concelho e para Trancoso,

permitindo dissolver a PACETEG, E.M., admitindo a internalização das atividades sem acarretar mais custos para o Município, permitindo transferir a plena propriedade dos três equipamentos, Central de Camionagem, Campo da Feira e do Centro Cultural Miguel Madeira para a Câmara Municipal, permitirá acabar com todos os litígios judiciais entre as partes, Câmara, CGD e MRG, e permitirá uma poupança muito significativa, superior a 14.000.000,00€ (catorze milhões de euros), relativamente aos contratos e planos de renda que haviam sido aprovados em 05/11/2009. Foram de facto cerca de 12 anos de muito trabalho e de reuniões. Relembrou os custos de construção dos equipamentos: Campo da Feira foi faturado por 3.750.909,98€ (três milhões, setecentos e cinquenta mil, novecentos e nove euros e noventa e oito cêntimos), a Central de Camionagem foi faturada por 3.086.816,33€(três milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e dezasseis euros e trinta e três cêntimos), o Centro Cultural Miguel Madeira, em Vila Franca das Naves, foi faturado por 2.144.441, 52€ (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos), tendo a PACETEG solicitado um empréstimo junto da CGD para construção e custos associados, sendo os contratos elaborados para ao longo de 25 anos serem pagos, tendo o Campo da Feira um custo final de 10.287.459,96€ (dez milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e noventa e seis cêntimos), a Central de Camionagem, com um custo final de 8.064.553,07€ (oito milhões, sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três euros e sete cêntimos) e o Centro Cultural Miguel Madeira, ficaria com um custo final de 5.346.350.79€ (cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta euros e setenta e nove cêntimos), totalizando um valor de 23.698.363,82€ +IVA (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e sessenta e três euros e oitenta e dois cêntimos)+ IVA, cerca de 29.000.000,00€ (vinte e nove milhões de euros), o custo a pagar por estes equipamentos. Com o novo acordo com a CGD e com a MRG, existe uma reestruturação da divida da CGD para 6.700.000,00€ (seis milhões e setecentos mil euros), com um empréstimo associado de 800.000,00€ (oitocentos mil euros) e algumas rendas pagas entre janeiro de 2010 e julho de 2012 no valor de 2.385.000,00€ (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil euros), significando que os custos destes equipamentos baixará para cerca de 14.000.000,00€ (catorze milhões de euros), havendo uma poupança de cerca de 15.000.00,00€ (quinze milhões de euros). A proposta de dissolução imediata da empresa PACETEG, será necessária a votação nos seguintes pontos, pois a não aprovação de um ponto poderá implicar o não avanço do processo. O **ponto sete** refere: "Análise, discussão e votação de proposta de internalização da atividade da PACETEG, E.M., no Município de Trancoso e do correspondente Plano de Internalização", o **ponto oito** refere: "Análise, discussão e votação de proposta de autorização para assunção do empréstimo, denominado "Contrato de Assunção de Dívida e Alteração ao Contrato de Abertura de um Crédito com Hipoteca e Penhor, celebrado em 09 de novembro de 2009", que titula a reestruturação da dívida contraída pela PACETEG, E.M., junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a sua assunção pelo Município de Trancoso", o **ponto nove** refere: "Análise, discussão e votação de proposta de autorização para contração do empréstimo, no âmbito da aquisição transitória de participações sociais da PACETEG, S.A., denominado "Contrato de Abertura a Crédito", que titula o financiamento de 800.000,00€, a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., para

liquidação de dívida fiscal da PACETEG E.M." e o **ponto dez** que refere: "Análise, discussão e votação de proposta de reversão para o Município de Trancoso de todo o património da PACETEG, E.M. e demais direitos, prerrogativas e ativos, assim como das obrigações, ónus e passivos que não tenham sido acautelados em sede de liquidação". Realçou, novamente, que os pontos se encontravam todos relacionados, sendo que o processo a submeter para fiscalização prévia estava devidamente documentado. Salientou que foi enviado a todos os deputados municipais o anexo 1 – "Visto do Tribunal de Contas da aquisição transitória pelo Município da totalidade das participações", anexo 2 – "Contratos de compra e venda das ações", anexo 3 – "Plano de Internalização da atividade, com relatório de liquidação e projetos de partilha", anexo 4 – "Contrato de assunção de dívida e alteração ao contrato de abertura de crédito com hipoteca e penhor", anexo 5 – "Contrato de abertura de crédito". Terminou realçando o trabalho e dedicação de todos em prol daquele assunto, dando sempre os passos corretos por forma a que tudo desse certo no Tribunal de Contas. ----------

--- De seguida, o Presidente da Mesa informou que se encontravam abertas as inscrições para debate dos pontos acima referidos.----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, questionando qual a previsão de liquidação da TEGEC e qual vai ser a renumeração do liquidatário. ----------

--- Em resposta, o Senhor Presidente de Câmara informou que o liquidatário e o Conselho de Administração não recebem qualquer renumeração. Relativamente ao prazo de liquidação, irá ser submetida toda a documentação para o Tribunal de Contas, havendo seis meses para a resolução do assunto. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, mencionando: "…para onde vai, Senhor Presidente, o resultado dos saldos de 2023 e para onde é que tem ido o resultado dos saldos dos anos anteriores, para onde tem ido o resultado dos saldos orçamentais dos últimos três mandatos, realçando que se encontrava, aqui, mais uma resposta, visto ter sido o PSD a criar a dívida e o PS a pagar a dívida, o PSD atou imbróglios, o PS desatou os nós, o PSD contraiu em pouco mais de 4 anos uma dívida que vai demorar quase 40 a pagar, mas cá está o PS para iniciar o processo com seriedade, com honra, trabalho diário e com capacidade para negociar com todas as partes envolvidas de forma a encontrar a melhor solução para as contas do Município". Conseguir, formalmente, culminar este processo é de uma importância extrema para o concelho de Trancoso, salientando que as consequências permanecerão por mais de 20 anos e o dinheiro que terá de entregar todos os meses às entidades bancárias, cerca de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), é dinheiro que não poderá ir para as freguesias, associações e outros. Evidenciou que será o primeiro dia de uma nova vida do Município, de uma vida mais serena, mais previsível e que permite encarar olhos nos olhos o futuro, porque continuará a ser difícil, mas sabe-se com aquilo que se conta. ----------

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria passar à votação. ----------

--- **Ponto seis** - Análise, discussão e votação de proposta de dissolução e imediata entrada em liquidação da empresa municipal PACETEG, E.M., e designação do respetivo liquidatário, foi aprovado por maioria,

com sete abstenções e trinta e um votos a favor.----------

--- **Ponto sete** - Análise, discussão e votação de proposta de internalização da atividade da PACETEG, E.M., no Município de Trancoso e do correspondente Plano de Internalização, foi aprovado por maioria, com oito abstenções e trinta e um votos a favor. ----------

--- **Ponto oito** - Análise, discussão e votação de proposta de autorização para assunção do empréstimo, denominado "Contrato de Assunção de Dívida e Alteração ao Contrato de Abertura de um Crédito com Hipoteca e Penhor, celebrado em 09 de novembro de 2009", que titula a reestruturação da dívida contraída pela PACETEG, E.M., junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a sua assunção pelo Município de Trancoso, foi aprovado por maioria, com oito abstenções e trinta e um votos a favor ----------

--- **Ponto nove** - Análise, discussão e votação de proposta de autorização para contração do empréstimo, no âmbito da aquisição transitória de participações sociais da PACETEG, S.A., denominado "Contrato de Abertura a Crédito", que titula o financiamento de 800.000,00€, a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., para liquidação de dívida fiscal da PACETEG E.M., foi aprovado por maioria, com oito abstenções e trinta e um votos a favor. ----------

--- **Ponto dez** - Análise, discussão e votação de proposta de reversão para o Município de Trancoso de todo o património da PACETEG, E.M. e demais direitos, prerrogativas e ativos, assim como das obrigações, ónus e passivos que não tenham sido acautelados em sede de liquidação, foi aprovado por maioria, com oito abstenções e trinta e um votos a favor. ----------

--- De seguida, informou que se iria passar ao **ponto onze** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou que existe a necessidade de repavimentação das estradas, nomeadamente Castaíde, Sintrão, Rio de Moinhos e acesso a Carapito, sendo necessário a contração de um empréstimo. A primeira requalificação será Rio de Moinhos, Quinta do Sameiro, Rio de Mel e Estada Municipal 1044, com um investimento previsto de 239.185,00€ (duzentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e cinco euros, depois Castaíde, Sintrão, Rio de Moinhos, no valor de 282.898,00€ (duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito euros), seguindo-se o cruzamento de Palhais (estrada municipal n.º 226) até ao limite do concelho de Carapito, com um montante de investimento de 234.531,00€ (duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e um euros), e a repavimentação do caminho que liga Vila Novinha aos Montes, no valor de 155.959,00€ (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove euros), totalizando a verba de 912.583,00€ (novecentos e doze mil, quinhentos e oitenta e três euros). A Câmara Municipal enviou convites a todas as instituições bancárias do concelho, tendo existido quatro propostas válidas, sendo a melhor proposta a do BPI, com um spread de 0,66%. Solicita-se à Assembleia Municipal autorização prévia para a contratação deste empréstimo. Com a contratação deste empréstimo torna-se necessário ter em conta a dívida da Câmara Municipal, em 31 de dezembro de 2023, que era de 3.817.586,00€ (três milhões, oitocentos e dezassete mil, quinhentos e oitenta e seis euros), com o empréstimo da PPP de cerca de sete milhões e meio e com este empréstimo de cerca de novecentos mil euros, totalizaria o montante de endividamento de cerca de 12.500.000,00€ (doze milhões,

e quinhentos mil euros). ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, sugerindo que o endividamento existente de cerca de um milhão poder-se-ia jogar com a verba sobrante dos três milhões, reconhecendo o esforço da Câmara em extinguir a PACETEG, apesar de ter deixado dilatar no tempo, havendo outras soluções de modo a que não fosse atingido esse montante, foi rigorosa em reduzir o custo através da negociação dos empreendimentos, existindo um beneficio para todos os munícipes que tem usufruído dessas infraestruturas. Terminou realçando que poder-se-ia evitar ou não a contratação do empréstimo bancário, mas recorrendo à reprogramação orçamental das verbas sobrantes. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Hugo Neves, congratulando-se com a previsão de requalificação das redes viárias, no entanto, não concorda com o método de pagamento, pois pagar juros de cerca de um milhão de euros em cerca de vinte anos, por cerca de vinte quilómetros, quando encerrado o ano de 2023, com três milhões de euros positivos, não é coerente. Em relação à pavimentação, são obras ambicionadas há muito, solicitadas por vários munícipes, junta de freguesia de Rio de Mel, junta de freguesia de Trancoso e até pela junta de freguesia de Carapito, do concelho de Aguiar da Beira. Questiona se foram ou não avaliadas as condições da ponte Vale de Moinho em Rio de Mel e da ponte Nova em Vila Novinha, uma vez que estas vias irão sofrer intervenções, deveria ter-se em conta as condições das mesmas, visto já serem muito antigas e não lhes ser reconhecida nenhuma manutenção, bem como ter em conta a limpeza, abertura e requalificação de aquedutos e sumidouros , onde sejam necessárias implementação de valetas, de forma a que as águas pluviais não sigam para a estrada e danifiquem o pavimento. ----------

--- Em resposta, o Senhor Presidente respondeu ao deputado Mário Gonçalves informando que não era possível afetar o saldo orçamental àquela rede viária, pois existem compromissos assumidos, tendo sido encontrada a solução apresentada. Com a repavimentação das estradas, também é aumentado o património. Agradeceu o alerta em relação as pontes de Rio de Mel e Vila Novinha, solicitando aos serviços que efetuem essa reavaliação. Salientou que o abastecimento de água não entra neste empréstimo, encontrando-se com uma estimativa orçamental de cerca de trinta e cinco mil euros, que será efetuada antes da repavimentação com verbas do orçamento da Câmara Municipal. ----------

--- Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto doze** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara mencionou que os compromissos plurianuais, acima dos cem mil euros, eram da competência da Assembleia, e de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Será necessário iniciar o procedimento de contratação de transportes escolares em autocarro, para o ano letivo 2024/2025 e transporte público e transporte flexível para o período de 01 de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025, sendo os custos previstos para 2024 de 170.000,00€ (cento e setenta mil euros) e para 2025 de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros), totalizando um valor de 490.000,00€ (quatrocentos e noventa mil euros) para os transportes durante um ano. Realçou que a CIM se encontra a preparar um concurso público internacional para resolução dos problemas dos transportes na área

geográfica da CIM e caso seja a aprovado brevemente, o contrato da contratação de transportes com a Câmara termina automaticamente. ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto treze** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara informou que é necessária autorização prévia da Assembleia Municipal, mencionando que o contrato de gás será para dois anos, com início a 13 de setembro de 2024 e términus a 13 de setembro de 2026. O fornecimento de gás será para a Escola Integrada do 1º ciclo de Trancoso, Centro Escolar da Ribeirinha, Pavilhão Multiusos, Piscinas Municipais de Trancoso e Vila Franca das Naves e Agrupamento de Escolas de Trancoso, com os seguintes custos: 2024 – 13 de setembro até final de dezembro de 2024 com custo de 105.760,00€ (cento e cinco mil, setecentos e sessenta euros), 2025 – todo o ano, com uma estimativa de 269.400,00€ (duzentos e sessenta e nove mil e quatrocentos euros) e 2026 – até 13 de setembro de 2026, com uma estimativa de 160.580,00€ (cento e sessenta mil, quinhentos e oitenta euros), totalizando um montante de 535.740,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta euros). ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto catorze** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara informou que a assunção de compromissos plurianuais relacionados com a contratação do fornecimento de energia elétrica era pelo prazo de 3 anos. O Contrato terminará a 30 de outubro 2024. Será lançado um concurso publico sendo o promotor a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, sendo os custos previstos para os três anos, até final de outubro de 2027 de: 2024 – (novembro a dezembro) – 94.486,00€ (noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis euros); 2025 (janeiro a dezembro) – 566.916,02€ (quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e dezasseis euros e dois cêntimos); 2026 (janeiro a dezembro) - 566.916,02€ (quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e dezasseis euros e dois cêntimos) e 2027 (janeiro a outubro) – 472.430,02€ (quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta euros e dois cêntimos), perfazendo o valor total de 1.700.748,06€ (um milhão, setecentos mil, setecentos e quarenta e oito euros e seis cêntimos), solicitando autorização prévia à Assembleia Municipal, para que possa avançar. ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto quinze** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara informou que o Regulamento de Serviço de Abastecimento de Águas do concelho de Trancoso, esteve em discussão pública durante 30 dias, tendo sido rececionadas contributos da entidade ERSAR – Entidade Reguladora do Serviço de Água e Resíduos, os quais foram referidos no presente Regulamento, encontrando-se, agora, em fase de ser aprovado. ----------

Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida, informou que se iria passar ao **ponto dezasseis** da Ordem do Dia. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara informou que o projeto de Regulamento do Serviço

de Águas Residuais do concelho de Trancoso foi submetido a consulta prévia, estando 30 dias em discussão, tendo recebido contributos por parte da ERSAR e das Águas da Teja, tendo os serviços agido em conformidade e procedido à revisão do respetivo documento, encontrando-se, agora, em condições de ser submetido à Assembleia Municipal, que após aprovação será enviado para visto do Tribunal de Contas. ----

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida, informou que se iria passar ao **ponto dezassete** da Ordem do Dia. ----------

--- Usou da palavra o Senhor Presidente mencionando que a Câmara continua a reconhecer o trabalho dos autarcas de freguesia que é inexcedível e imprescindível para o bem-estar das populações, propondo desta forma, a atribuição de um valor universal para todas a Juntas de Freguesia, no montante de 8.000,00€ (oito mil euros), salientando que as Juntas de Freguesia já são diferenciadas quando recebem as transferências do Estado. ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao Período de intervenção do público. ----------

--- Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes, e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. ----------

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. ----------

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário